



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 07/05/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 11

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador **Aurélio Pedro Monteiro Ferreira** comunicou em 06/05/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora **Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge**, dado que o candidato imediatamente a seguir comunicou a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. **Armando José Mar Alves Coimbra** – inscreveu-se para falar sobre o Projeto Lagoa, o Estuarino e segurança.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

1. Pedido de suspensão do mandato da Senhora Vereadora Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro
2. Aprovação da ata n.º 9, da reunião ordinária do dia 08 de abril de 2019

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

3. Resumo de Tesouraria do dia 30 de abril de 2019

#### **APROVISIONAMENTO**

4. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “*Produção da 6.ª edição das festas da cidade*” - Adjudicação

### **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

#### **OBRAS MUNICIPAIS**

5. Concurso Público 12/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento
6. Concurso Público 13/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento
7. Concurso Público 15/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento
8. Concurso Público 16/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento
9. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira - Fase 1- Concurso público n.º 14/2019 - Ratificação de despacho
10. Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal- Concurso público n.º 10/2019 – Adjudicação
11. “Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Santa Isabel, Rua do Salgueiro e Rua D. João Pereira Venâncio” — Concurso público nº 11/2017 — Aprovação da revisão de preços.
12. “Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª fase”- CP nº 04/2018 - Aprovação da revisão de preços.
13. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
14. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
15. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
16. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
17. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
18. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassin, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor

19. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
20. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
21. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor
22. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor
23. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor
24. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor
25. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor
26. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor

#### **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

##### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPE**

27. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, da Associação de Estudante dos Institutos Superiores da Marinha Grande
28. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, do Sporting Clube Marinhense
29. Isenção do pagamento de taxas

#### **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

##### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

30. Pedido de colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na Av. José Gregório, junto ao Nº 196 - Marinha Grande.

##### **GESTÃO URBANÍSTICA**

31. Req.º nº 506/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 98/19, datado de 15/03/2019 - Pedro Henrique de Sousa Russo
32. Req.º nº 516/19, datado de 18/03/2019 - Proc.º n.º 325/18, datado de 06/08/2018 - Maria Júlia da Conceição Silva Alves e Henrique Clara Alves
33. Req.º nº 679/19, datado de 11/04/2019 - Proc.º n.º 527/18, datado de 11/12/2018 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
34. Req.º nº 398/19, datado de 26/02/2019 - Proc.º n.º 463/18, datado de 29/12/2018 - Sun Youg e Ye Zhengli
35. Req.º nº 639/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º n.º 532/18, datado de 05/04/2019 - Leonel Oliveira de Sousa
36. Req.º nº 736/19, datado de 23/04/2019 - Proc.º n.º 543/17, datado de 05/12/2017 - Cartonarte - Indústria de Cartonagem, Lda.
37. Req.º nº 647/19, datado de 08/04/2019 - Proc.º n.º 254/18, datado de 03/07/2018 - José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de
38. Req.º nº 589/19, datado de 29/03/2019 - Proc.º n.º 440/17, datado de 28/09/2017 - Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto
39. Req.º nº 581/19, datado de 28/03/2019 - Proc.º n.º 58/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho

- 40. Req.º nº 536/19, datado de 21/03/2019 - Proc.º n.º 541/18, datado de 26/12/2018 - Leonel Ferreira Cruz
- 41. Req.º nº 2141/18, datado de 27/11/2018 - Proc.º n.º 510/18, datado de 27/11/2018 - Fernando Guerra de Barros
- 42. Req.º nº 2173/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal
- 43. Req.º nº 481/19, datado de 13/03/2019 - Proc.º n.º 213/2019, datado de 13/03/2019 - EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande
- 44. Req.º nº 695/19, datado de 15/04/2019 - Proc.º n.º 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira
- 45. Req.º nº 683/19, datado de 11/04/2019 - Proc.º n.º 257/17, datado de 23/06/2017 - Hélder João Henriques Fortunato
- 46. Req.º nº 733/19, datado de 22/04/2019 - Proc.º n.º 499/18, datado de 22/11/2018 - Mário Felismino Gaspar
- 47. Req.º nº 744/19, datado de 24/04/2019 - Proc.º n.º 71/17, datado de 24/02/2017 - Luís Manuel Rino Matias
- 48. Req.º nº 95/19, datado de 18/01/2019 - Proc.º n.º 36/2019, datado de 18/01/2019 - Acácio Gomes Miguel
- 49. Req.º nº 774/19, datado de 02/05/2019 - Proc.º n.º 248/18, datado de 02/07/2018 - Estefânio de Sousa

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

- 50. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

### **TURISMO**

- 51. Patrocínio - Festas da Cidade 2019 - Distrigrande/Intermarché Marinha Grande

### **ATIVIDADE FÍSICA**

- 52. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva
- 53. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Clube Atletismo de Marinha Grande – “7º Meeting Fernando Alves”
- 54. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Clube Atletismo de Marinha Grande – “4º Meeting Jovem - 2019”

### **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

- 55. Contrato programa. Sport Operário Marinhense. Adenda. Autismo Rock
- 56. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social.
- 57. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra em 2019 – Área social - Sport Operário Marinhense - Feira da Saúde-Marinha Grande- 18 e 19 de maio.
- 58. Transferência habitacional da inquilina da atual fração sita na Avenida da Liberdade, Bloco L, 1.ºdt para a fração sita na Rua Júlio Braga Barros, Bloco 3, 2.º C, Casal de Malta-Marinha Grande, por motivos de saúde do filho.

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**59.** Pedido de indemnização - Requerente: Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, filha do lesado Dr. Mário Ferrão Morais Roldão - Praça Afonso Lopes Vieira, S. Pedro de Moel - Tempestade marítima "Hércules" de 06/01/2014 - Audiência prévia - Decisão final

**60.** Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016. Decisão Final



## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. Armando José Mar Alves Coimbra** – leu a sua intervenção, sobre os seguintes assuntos da Vieira, nomeadamente da Praia da Vieira:

- Projeto Lagoa – está-se no início da época balnear e sobre a proposta que apresentou há algum tempo, há cerca de um ano, não recebeu ainda qualquer informação. O que se passa? Não se dá resposta às ideias dos munícipes?
- Estuarino – quando se decide a conclusão das obras, tão necessárias? Será falta de dinâmica? Porque de dinheiro não é.
- Zona da lota, armazéns, ponto de venda – o projeto para requalificação será demorado, pelo que o atual ponto de venda deverá ser reparado. Porque demora tanto tempo? A época de pesca já começou no fim-de-semana passado.
- Segurança – na zona dos bares há algumas lacunas nesta área. Por que é que a Câmara não pede autorização para a instalação de equipamento de videovigilância?

Dado que o tempo para a sua intervenção estava a terminar, deixou a todos os membros do executivo a sua intervenção escrita, que aborda ainda o turismo, a vedação do Parque de Campismo, o Monumento aos Náufragos do Salsinha, o Polidesportivo e o Posto Marítimo em ruínas, que é um mau cartão de visita para a Praia da Vieira.

Seguidamente a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que respondeu o seguinte relativamente às matérias da sua área:

- Ponto de venda de peixe – precisa de reparação para esta época, independentemente da construção de um novo. A consignação da obra de reparação é amanhã e prevê-se que a obra esteja pronta no final de maio.
- Vedação do Parque de Campismo – esta não é a única alteração a fazer no Parque. A Câmara está a coordenar com o concessionário, porque algumas intervenções são da responsabilidade de uns e outras são deles. O procedimento para a vedação está feito.
- Polidesportivo da Praia – está integrado na empreitada dos campos de ténis de S. Pedro, a Sr.ª Vereadora Célia tem estado a acompanhar e espera que esteja pronto no início da época balnear.

A **Sr.ª Presidente** informou que foi incluída a verba para esta requalificação na revisão aprovada em abril e o processo vai avançar.

Sobre o ponto de venda, e do que foi falado com os pescadores, foi apontada a data de final de maio.

- Armazéns e arruamento – a **Sr.ª Presidente** referiu que o espaço não é da autarquia, e por isso a Câmara tem que pedir sempre autorização à entidade que tutela, neste caso o ICNF. Quando estiveram aqui foram visitar este local e a CMMG entregou-lhes documentação no sentido de a cedência vir a ser feita e a Câmara poder vir a construir os armazéns da arte xávega.
- Memorial – tem sido falado com o Presidente da Junta, e o processo está nos serviços, para se fazer a requalificação.
- Turismo – a **Sr.ª Presidente** referiu que o Sr. Armando está enganado na informação de que dispõe, e que a única questão é com o Banco, na colocação do Multibanco.
- Estuarino – é um assunto que desde a primeira hora tem tentado resolver, estando a Câmara a trabalhar em conjunto com a APA. Ainda esta semana terá uma reunião na Secretaria de Estado, onde colocará esta questão, porque a obra tem que ser concluída e o que existe está-se a degradar.
- Projeto que apresentou – a **Sr.ª Presidente** disse que se escusava de comentar as apreciações que o Sr. Armando fez sobre o trabalho desenvolvido na Câmara.
- Posto Marítimo – é mais um espaço que o Leslie degradou e é realmente um mau cartão de visita. A Capitania diz que, em termos de segurança, este é o melhor local. Informaram que irão fazer obras, que não serão definitivas, para que este ano o posto tenha a devida segurança e apresentação.



#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Sobre a intervenção do Sr. Eng.º Armando Coimbra – são assuntos extremamente importantes e sobre os quais não se vê qualquer desenvolvimento, designadamente para as questões mais profundas. Deveria haver uma estratégia concertada para o Turismo, que não há, porque o pelouro do Turismo é um pelouro morto, enaltecendo o trabalho que é feito pela Protur, em S. Pedro, e pela Associação na Vieira, nomeadamente, e recentemente, o carnaval aí levado a cabo. Entendo que tem que haver eventos âncora organizados pela Câmara Municipal, que potenciem as iniciativas muito meritórias das associações, por exemplo, um grande Festival de Verão, corrida “pé na areia” e outros.
- Perguntou:
  - ⇒ Como está a questão dos passadiços?
  - ⇒ Como está a questão da antena de uma operadora frente ao Farol de S. Pedro? Era provisória mas infelizmente passou a definitiva.
  - ⇒ Como está a questão da aplicação ou não da nova lei da floresta, no que se refere à distância de plantação entre as copas das árvores?
  - ⇒ O que são os pinheiros marcados em frente ao Bambi?
- Recebeu um e-mail de uma munícipe que presta apoio ao canil, e que fala sobre as fossas e a falta de condições em que os animais estão. Não é um canil, é um depósito de cães e a Câmara nada tem feito. Espera que a Câmara já tenha respondido a este e-mail.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Passadiços – disse que também trazia este assunto para perguntar, e já era expectável que as proteções estivessem devidamente preparadas para serem utilizadas as praias em segurança. Esta preocupação junta-se à preocupação do município Armando Coimbra, para a Praia da Vieira.
- Também recebeu o e-mail da voluntária da APAMG. Acha que se devia apurar a verdade, porque eles dizem que as fossas não estão a ser despejadas como deveriam. Sugere que se reúnam com a APAMG para esclarecer.
- Museu do Vidro – há esforços para o integrar na rede municipal de museus?
- Monumento da Escola Primária, na Vieira – qual o ponto de situação?
- Copa das árvores – vai haver excecionalidade nos parques de merendas? Se não houver ficar-se-á sem sombras.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Patrícia Jorge cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Felicitou o jogador de voleibol Hugo Gaspar.
- Questionou qual o ponto de situação do processo de obras em nome de Luís Manuel Peixoto. Enviaram um e-mail a 04/05/2019 sobre este assunto.
- Canil – qual o ponto de situação, tendo em conta o que as Sr.<sup>as</sup> Vereadoras que a antecederam já falaram.
- A estrada que vai para o Poço Branco está muito degradada e com muitas raízes. A Câmara tem possibilidades de reparar ou são estradas das matas?
- Parque de estacionamento da Mobil – está muito degradado, com buracos e sujidade. Apesar de haver um projeto para lá, perguntou se não está prevista a sua limpeza.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- Referiu que por muito interessante que ache as propostas dos municípios, a Câmara tem as suas próprias prioridades.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que o projeto em causa chegou à Câmara através da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria e esta já obteve resposta.
- Passadiços de S. Pedro – a Sr.<sup>a</sup> Presidente informou que as recuperações estão em fase de concurso. A Câmara está a assumir um procedimento que não é seu, é da APA, mas como quer ter o concelho em condições para quem nos visita está a assumir. Pediu autorização para essa intervenção e também aproveitou e pediu a transferência de verba para esse efeito, que considera justa.
- S. Pedro – também há um procedimento para recuperação da ciclovia desde a entrada de S. Pedro até ao Old Beach.
- Copas das árvores e fitas nos pinheiros – há cerca de um mês foi feita uma reunião da Comissão Municipal de Proteção da Floresta com todas as entidades e ficou acordado fazer uma comissão mais pequena para se analisar a situação das árvores e quais as que se deviam preservar. Quando apareceram as fitas, foi saber qual o propósito.  
De seguida exibiu fotos e informou que as árvores do Bambi são da responsabilidade da Câmara. Se a lei for aplicada muitas árvores serão cortadas, e por isso tem que haver excecionalidade. Ficou acordado criar um documento consensual, não esquecendo a segurança das pessoas, para criar uma faixa de proteção, passando a distância das copas para os 4 metros e não os 10 metros.



- Informou ainda que do lado de Alcobaça para o nosso concelho está a ser cortado o mato.
- Museu do Vidro – relativamente à sua integração na rede nacional a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia irá informar.
- Estrada de Pedreães para o Poço Branco – também é uma estrada das matas, não é da competência da Câmara e está muito degradada. A Câmara já identificou algumas estradas e enviou para as entidades, para se saber se pretendem intervir. Aguarda resposta, porque entende que o ICNF também deve assumir o arranjo do seu património.

**Seguidamente a Sr.<sup>a</sup> Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte às questões da sua área:**

- Antena frente ao Farol – a Vodafone tem licença até final deste mês de maio, e era para reconstruírem a antena que ficou degradada com o temporal, dentro da ETAR, mas nada avançou. Já deu instruções aos serviços para os alertarem para o fim da licença.
- PC 363/2018 – é um processo que necessitou de nova documentação, foi entregue pelo arquiteto mas atrasou algum tempo. Agora está para avançar.
- Parque da Mobil – há intenção de reverter porque está realmente muito degradado. A questão da limpeza resolve-se com uma limpeza extra, embora os ecopontos também não sejam utilizados como deveriam.
- Canil – está previsto despejar as fossas 3 vezes por semana. Vai mandar conferir, para saber se está a ser cumprido. A situação agrava-se quando chove. E a questão é arranjar um novo local para alojar os cães. Já teve uma reunião com a outra associação, tem uma ideia de um local e eles ficaram agradados. Agora vai falar com a APAMG, porque este seria um local a utilizar pelas duas associações.

**Seguidamente a Sr.<sup>a</sup> Presidente passou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra, que cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:**

- Apesar de o Turismo não ser um pelouro seu, é da Sr.<sup>a</sup> Presidente, não pode concordar que seja um pelouro morto. Em S. Pedro estão a ser integrados os projetos da CIMRL, e na Vieira estão a ser dinamizadas ações.
- Museu do Vidro – os serviços estão a trabalhar para a integração, organizando a documentação necessária para a candidatura.
- Monumento na Vieira – houve uma reunião com a Comissão e a Junta de Freguesia, e parece que haveria custos para a autarquia, que antes não havia, pelo que ficaram de fazer chegar o orçamento. Tanto quanto sabe a Comissão ter-se-á desfeito, mas apesar disso aguarda o envio desse orçamento.  
A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** disse que devem ter sido vencidos pelo cansaço.  
A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** informou que se têm reunido com regularidade, e por isso não concorda com esta afirmação.
- Canil – a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** informou que o que está na Garcia é que é o canil municipal. Ali nos estaleiros estão alguns cães, que são acompanhados por uma das associações, cujos voluntários desenvolvem um trabalho meritório.  
A informação que tem sobre o despejo das fossas é de que estão a ser despejadas de modo adequado, mas são pequenas e não têm condições, por isso a Câmara construiu o espaço que tem, e terá que se trabalhar para arranjar outro local, com mais condições.

- Projetos de turismo – já não há a mata, mas a Câmara adquiriu o comboio de lata, e está a tentar adquirir algumas das casas das matas, no sentido de criar um projeto turístico ambiental.  
A aposta nos festivais na praia de S. Pedro e da Vieira é para dinamizar a oferta cultural.  
Está-se a trabalhar para que no próximo ano se realize novamente o Pinhal das rtes.  
Também na área da hotelaria o Hotel de S. Pedro vai ser reabilitado, conforme o projeto que já aqui veio à reunião.  
As piscinas é um processo que vai levar à reunião a que irá. Por tudo isto está-se a trabalhar em todas as frentes. Refuta as afirmações feitas, e os números demonstram que se está a trabalhar, ao contrário do que foi dito.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 15:50 horas às 16:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### ORDEM DO DIA

#### PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

##### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

#### **1. Pedido de suspensão do mandato da Senhora Vereadora Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro**

338 - Presente e-mail datado de 02/05/2019, enviado pela Senhora Vereadora em regime de não permanência, Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, eleita pela lista do MpM – Movimento pela Marinha, em que solicita a suspensão do seu mandato no órgão executivo até ao dia 23 de julho de 2019, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, dado que se encontra no gozo da licença parental.

**Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, a Câmara Municipal apreciou o pedido de suspensão do mandato apresentado pela Senhora Vereadora Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, e delibera, por unanimidade, aprová-lo.**

**De acordo com o n.º 1 do artigo 79.º do mesmo diploma, a vaga ocorrida no órgão executivo é preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Melina Monteiro Mira.**

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 77.º, conjugado com o n.º 4 do artigo 76.º do citado diploma, a Senhora Presidente da Câmara convocou a **Senhora Melina Monteiro Mira** para a presente reunião ordinária, a primeira a realizar a seguir ao pedido de suspensão de mandato da Senhora Vereadora eleita, pelo que a substituição se opera nesta data.

## **2. Aprovação da ata n.º 9, da reunião ordinária do dia 08 de abril de 2019**

339 - Presente a ata n.º 9, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 08 de abril de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge, por não ter estado presente na reunião.**

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

## **3. Resumo de Tesouraria do dia 30 de abril de 2019**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia trinta de abril de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.098.535,81€** (catorze milhões, noventa e oito mil, quinhentos e trinta e cinco euros e oitenta e um cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

### **APROVISIONAMENTO**

## **4. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.ª edição das festas da cidade” - Adjudicação**

340 - Presente o processo de aquisição nº 32/2019 – AP/DDC, com o objeto “*Produção da 6.ª edição das festas da cidade*”, realizado de acordo com deliberação camarária de 8 de abril de 2019, tendo sido adotado o procedimento de concurso público, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 26/04/2019, no qual é proposta a adjudicação ao concorrente Exemplus Internacional, Lda, NIPC 514 999 934 pelo valor global de 200.000€ (duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, face ao critério de adjudicação definido, nomeadamente o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo.

**Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 32/2019-AP/DDC, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais,**

aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente:

- adjudicar, face ao critério de adjudicação definido, nomeadamente o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, à proposta apresentada pelo concorrente Exemplus Internacional, Lda, NIPC 514 999 934, pelo valor global de 200.000€ (duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- Notificar o adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, nos termos do disposto nas peças do procedimento, no valor de 10.000€;
- Aprovar a minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos.
- Designar como gestoras do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, as trabalhadoras Eleonora Nunes e Carmen Cruz.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

### **OBRAS MUNICIPAIS**

#### **5. Concurso Público 12/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento**

341 - O Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta:

Por deliberação camarária de 22-04-2019 foi determinada a abertura do procedimento de formação de contrato de empreitada designada *REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 1 - CONCURSO PÚBLICO Nº 12/2019*;

Pela informação CS/26/2019, de 24.04 se adita o fundamento da necessidade de definir um preço anormalmente baixo de forma garantir uma relação de qualidade/custo aceitável à empreitada bem como se explicitam os critérios que presidiram à prévia definição do desvio percentual à média dos preços das proposta admitir;

Estabelece o artigo 71.º do Código dos Contratos Público (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o seguinte:

“...1 — As entidades adjudicantes podem definir, no programa de concurso ou no convite, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, tendo em conta o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir, ou outros critérios considerados adequados.

2 — A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido...”

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere alterar o artigo 9º do programa do procedimento, o qual deverá ter a seguinte redação:

- Artigo 9º (Preço anormalmente baixo)

1 - (...)

2- A fixação de um preço anormalmente baixo fundamenta-se pela necessidade de garantir à empreitada uma relação qualidade/custo aceitável e aproximada aos valores reais de mercado;

3- O critério para a determinação do desvio percentual resulta da experiência e sensibilidade acumuladas de procedimentos afins, desvio percentual abaixo do qual qualquer proposta coloca em causa a capacidade de um concorrente executar a obra de forma eficaz e com a qualidade exigível

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados nos art.ºs 36.º, 38.º e 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

**- aprovar a alteração do artigo 9º do programa do procedimento da empreitada REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 1.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **6. Concurso Público 13/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento**

342 - O Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta:

Por deliberação camarária de 22-04-2019 foi determinada a abertura do procedimento de formação de contrato de empreitada designada *REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 2 - CONCURSO PÚBLICO Nº 13/2019*;

Pela informação CS/24/2019, de 24.04 se adita o fundamento da necessidade de definir um preço anormalmente baixo de forma garantir uma relação de qualidade/custo aceitável à empreitada bem como se explicitam os critérios que presidiram à prévia definição do desvio percentual à média dos preços das proposta admitir;

Estabelece o artigo 71.º do Código dos Contratos Público (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o seguinte:

“...1 — As entidades adjudicantes podem definir, no programa de concurso ou no convite, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, tendo em conta o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir, ou outros critérios considerados adequados.

2 — A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido...”

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere alterar o artigo 9º do programa do procedimento, o qual deverá ter a seguinte redação:

- Artigo 9º (Preço anormalmente baixo)

1 - (...)

4- A fixação de um preço anormalmente baixo fundamenta-se pela necessidade de garantir à empreitada uma relação qualidade/custo aceitável e aproximada aos valores reais de mercado;

5- O critério para a determinação do desvio percentual resulta da experiência e sensibilidade acumuladas de procedimentos afins, desvio percentual abaixo do qual qualquer proposta coloca em causa a capacidade de um concorrente executar a obra de forma eficaz e com a qualidade exigível

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos art.ºs 36.º, 38.º e 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

**- aprovar a alteração do artigo 9º do programa do procedimento de empreitada designada REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 2.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **7. Concurso Público 15/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento**

343 - O Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta:

Por deliberação camarária de 22-04-2019 foi determinada a abertura do procedimento de formação de contrato de empreitada designada *REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA - FASE 2 - CONCURSO PÚBLICO Nº 15/2019*;

Pela informação CS/27/2019, de 24.04 se adita o fundamento da necessidade de definir um preço anormalmente baixo de forma garantir uma relação de qualidade/custo aceitável à empreitada bem como se explicitam os critérios que presidiram à prévia definição do desvio percentual à média dos preços das proposta admitir;

Estabelece o artigo 71.º do Código dos Contratos Público (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o seguinte:

“...1 — As entidades adjudicantes podem definir, no programa de concurso ou no convite, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, tendo em conta o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir, ou outros critérios considerados adequados.

2 — A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido...”

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere alterar o artigo 9º do programa do procedimento, o qual deverá ter a seguinte redação:

- Artigo 9º (Preço anormalmente baixo)

1 - (...)

6- A fixação de um preço anormalmente baixo fundamenta-se pela necessidade de garantir à empreitada uma relação qualidade/custo aceitável e aproximada aos valores reais de mercado;

7- O critério para a determinação do desvio percentual resulta da experiência e sensibilidade acumuladas de procedimentos afins, desvio percentual abaixo do qual qualquer proposta coloca em causa a capacidade de um concorrente executar a obra de forma eficaz e com a qualidade exigível

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos art.ºs 36.º, 38.º e 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

**- aprovar a alteração do artigo 9º do programa do procedimento empreitada designada REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA - FASE 2.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **8. Concurso Público 16/2019 - Preço ou custo anormalmente baixo para o procedimento da empreitada – Aditamento**

344 - O Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta:

Por deliberação camarária de 22-04-2019 foi determinada a abertura do procedimento de formação de contrato de empreitada designada *REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA - FASE 3 - CONCURSO PÚBLICO Nº 16/2019*;

Pela informação CS/28/2019, de 24.04 se adita o fundamento da necessidade de definir um preço anormalmente baixo de forma garantir uma relação de qualidade/custo aceitável à empreitada bem como se explicitam os critérios que presidiram à prévia definição do desvio percentual à média dos preços das proposta admitir;

Estabelece o artigo 71.º do Código dos Contratos Público (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o seguinte:

“...1 — As entidades adjudicantes podem definir, no programa de concurso ou no convite, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, tendo em conta o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir, ou outros critérios considerados adequados.

2 — A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido...”

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere alterar o artigo 9º do programa do procedimento, o qual deverá ter a seguinte redação:

- Artigo 9º (Preço anormalmente baixo)

1 - (...)

8- A fixação de um preço anormalmente baixo fundamenta-se pela necessidade de garantir à empreitada uma relação qualidade/custo aceitável e aproximada aos valores reais de mercado;

9- O critério para a determinação do desvio percentual resulta da experiência e sensibilidade acumuladas de procedimentos afins, desvio percentual abaixo do qual qualquer proposta coloca em causa a capacidade de um concorrente executar a obra de forma eficaz e com a qualidade exigível

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados nos art.ºs 36.º, 38.º e 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

**- aprovar a alteração do artigo 9º do programa do procedimento de empreitada designada REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA - FASE 3.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**9. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira - Fase 1- Concurso público n.º 14/2019 - Ratificação de despacho**

345 - A sr.ª Presidente Cidália Ferreira apresentou a seguinte proposta de deliberação:

*Presente Despacho nº 127/2019, de 26 de abril, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:*

*Presente informação da DGT, com referência CS/29/2019, de 24 de abril, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe, na sequência da apreciação de uma lista de erros e omissões e esclarecimentos, a aprovação de um novo mapa de quantidades final e peças desenhadas sem alteração do preço base.*

*Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões;*

*Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;*

*Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;*

*Levando em conta que a “Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira - Fase 1”, constitui uma intervenção urgente, deve iniciar-se com a maior brevidade;*

*Decido, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conformidade com a informação supra referida, aprovar:*



*A) A Lista de erros e omissões identificadas e rejeitar demais;  
B) O mapa de quantidades final e peças desenhadas sem alteração do preço base.  
O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **10. Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal- Concurso público n.º 10/2019 – Adjudicação**

346 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente SGCIN, S.A., pelo valor de 228.881,65 € (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias.

**A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação Arquitetónica e Energética do Edifício da Biblioteca Municipal” à proposta apresentada pelo concorrente SGCIN, S.A., pelo valor de 228.881,65 € (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.**

**Mais delibera designar como diretor de fiscalização a Engª Ludmila Ferreira, coadjuvada pelos Engº Jorge Junqueira e Engº Telmo Faria, nos termos do artigo 344.º, n.º2, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **11. “Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Santa Isabel, Rua do Salgueiro e Rua D. João Pereira Venâncio” — Concurso público nº 11/2017 — Aprovação da revisão de preços.**

347 - Presente informação da DQV com a ref.ª LS-22.2019, de 10 de abril, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por "REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO".

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, do art. 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro, no âmbito do contrato de empreitada de "REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO", em que é cocontratante a firma "PINTO & BRAZ, L.DA", delibera não proceder à revisão de preços.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**12. "Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª fase"- CP nº 04/2018 - Aprovação da revisão de preços.**

Processo retirado da ordem do dia.

**13. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

348 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de António José Duarte da Silva, NIF 169769585 que confronta a Norte com João Alexandre, a Sul com José dos Santos Ruivo, a Nascente com Vala e a Poente com Serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1542. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida o corte das árvores necessárias à execução da empreitada.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1542, que confronta a Norte com João Alexandre, a Sul com José dos Santos Ruivo, a Nascente com Vala e a Poente com Serventia, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, obrigando-se ao corte das árvores necessárias à execução da empreitada, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**14. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

349 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Carlos Wilson da Silva Batista, NIF 109214145, que confronta a Norte com José dos Santos Basílio, a Sul com Isac Ferreira da Cunha, a Nascente com Vala e a Poente com Manuel Alves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 680. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 680, que confronta a Norte com José dos Santos Basílio, a Sul com Isac Ferreira da Cunha, a Nascente com Vala e a Poente com Manuel Alves, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **15. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de colector**

350 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Carlos Wilson da Silva Batista, NIF 109214145, que confronta a Norte com Manuel Alves Junior e Outro, a Sul com Francisco Agostinho, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 679. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 679, que confronta a Norte com Manuel Alves Junior e Outro, a Sul com Francisco Agostinho, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

351 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Carlos Wilson da Silva Batista, NIF 109214145, que confronta a Norte com Isac Ferreira da Cunha, a Sul com Domingos Cerveira do Amaral, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 686. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 686, que confronta a Norte com Isac Ferreira da Cunha, a Sul com Domingos Cerveira do Amaral, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

352 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Imolazer, SA, NIF 506719065 fazendo-se representar por Carlos Manuel da Silva Leal, NIF 145325725 que confronta a Norte com Vala, a Sul com Caminho, a Nascente com António Coelho Novo e a Poente com Vala, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 652. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida a limpeza do terreno enquanto a Câmara Municipal necessitar da passagem do coletor.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 652, que confronta a Norte com Vala, a Sul com Caminho, a Nascente com António Coelho Novo e a Poente com Vala, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, obrigando-se a limpeza do terreno enquanto a Câmara Municipal necessitar da**

**passagem do coletor, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**18. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

353 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de João Carlos Gaspar Cordeiro, NIF 196495091, que confronta a Norte com Maria de Jesus, a Sul com Albino da Silva, a Nascente com Vale e a Poente com Serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1543. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1543, que confronta a Norte com Maria de Jesus, a Sul com Albino da Silva, a Nascente com Vale e a Poente com Serventia, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**19. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

354 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Maria Julia Gomes, NIF 150426321, que confronta a Norte com Maria da Encarnação Heleno, a Sul com Luciano Ferreira Heleno, a Nascente com José Francisco e a Poente com Vala Pública, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 202. A proprietária do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida a vedação na estrema norte composta por prumos de madeira e rede metálica plastificada.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 202, que confronta a Norte com Maria da Encarnação Heleno, a Sul com Luciano Ferreira Heleno, a Nascente com José Francisco e a Poente com Vala Pública, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, obrigando-se à vedação na estrema norte composta por prumos de madeira e rede metálica plastificada, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

355 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Maria Dolores da Silva Alexandre Alves Pereira, NIF 107915529, que confronta a Norte com José Augusto da Silva e Outros, a Sul com Maria de Jesus, a Nascente com Vala e a Poente com serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1541. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1541, que confronta a Norte com José Augusto da Silva e Outros, a Sul com Maria de Jesus, a Nascente com Vala e a Poente com serventia, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor**

356 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Nelson Ribeiro Simões, NIF 134713605, que confronta a Norte com Caminho Publico, a Sul com Nelson Ribeiro Simões, a Nascente com Manuel Moiteiro e a Poente com Caminho Publico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 600. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 600, que confronta a Norte com Caminho Publico, a Sul com Nelson Ribeiro Simões, a Nascente com Manuel Moiteiro e a Poente com Caminho Publico, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **22. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor**

357 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de António Delfim Madeira Ramos Freire, NIF 115223649, que confronta a Norte com Gualdino Pereira Roldão e Outros, a Sul com Mauricio Telmo Guerra Pedrosa e outros, a Nascente com Adelino Cordeiro e a Poente com Caminho e outro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3026. O proprietário do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3026, que confronta a Norte com Gualdino Pereira Roldão e Outros, a Sul com Mauricio Telmo Guerra Pedrosa e outros, a Nascente com Adelino Cordeiro e a Poente com Caminho e outro, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**23. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor**

358 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Claudia Sofia Ferreira Franco, NIF 207614415, que confronta a Norte com Maria Emilia de Jesus Franco Vieira, a Sul com Vala, a Nascente com Rua da Ribeira e a Poente com Amilcar dos Santos Martinho e outro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 13351. A proprietária do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida a ligação do seu ramal à caixa a executar no seu terreno e a isenção das taxas de ligação ao saneamento.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 13351, que confronta a Norte com Maria Emilia de Jesus Franco Vieira, a Sul com Vala, a Nascente com Rua da Ribeira e a Poente com Amilcar dos Santos Martinho e outro, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se a ligação do seu ramal à caixa a executar no seu terreno e a isenção das taxas de ligação ao saneamento, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**24. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor**

359 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de José de Jesus dos Santos, NIF 132551942, que confronta a Norte com Serventia, a Sul com Carlos Francisco Franco, a Nascente com Joaquim Ferreira Grácio e outro e a Poente com Manuel Pereira Franco e Rua da Ribeira, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3006. O proprietário do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3006, que confronta a Norte**



com Serventia, a Sul com Carlos Francisco Franco, a Nascente com Joaquim Ferreira Grácio e outro e a Poente com Manuel Pereira Franco e Rua da Ribeira, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**25. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor**

360 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Sónia Sofia Ferreira Franco, NIF 221286926, que confronta a Norte com Serventia, a Sul com Mário Coelho dos Santos, a Nascente com Manuel Passagem e José Pereira Santos e a Poente com Maria Vivilde de Jesus Franco, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19277 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 9078. A proprietária do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida a isenção das taxas de ligação ao saneamento.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19277 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 9078, que confronta a Norte com Serventia, a Sul com Mário Coelho dos Santos, a Nascente com Manuel Passagem e José Pereira Santos e a Poente com Maria Vivilde de Jesus Franco, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se à isenção de taxas de ligação ao saneamento, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor**

361 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de Suzi Bela dos Santos Fernandes, NIF 228440475, que confronta a Norte com Álvaro Sousa, a Sul com António Sousa, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3110. A proprietária do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3110, que confronta a Norte com Álvaro Sousa, a Sul com António Sousa, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

#### **27. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, da Associação de Estudante dos Institutos Superiores da Marinha Grande**

362 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/3341/2019, a Associação de Estudante dos Institutos Superiores da Marinha Grande, solicitou a isenção das taxas para a emissão da licença especial de ruído, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizará no dia 03 de maio de 2019;

Considerando que a câmara só reunirá ordinariamente no dia 07 de maio de 2019;

Considerando que o evento pretende dinamizar e promover o convívio da comunidade estudante;

Considerando que até à data do evento não é possível reunir extraordinariamente a Câmara;

Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da**

**Câmara, datado de 02 de maio de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão da licença especial de ruído, requerido pela Associação de Estudante dos Institutos Superiores da Marinha Grande, para a realização da atividade “Concerto Musical”, integrado na Semana Académica do ISDOM.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**28. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, do Sporting Clube Marinhense**

363 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/4176/2019, o Sporting Clube Marinhense, solicitou a isenção das taxas para a emissão da licença especial de ruído, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizará no dia 27 de abril de 2019;  
Considerando que a câmara só reunirá ordinariamente no dia 07 de maio de 2019;  
Considerando que é um evento que pretende promover o associativismo e o convívio da população do concelho;  
Considerando que até à data do evento não é possível reunir extraordinariamente a Câmara;  
Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da Câmara, datado de 26 de abril de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão da licença especial de ruído, requerido pelo Sporting Clube Marinhense, para a realização da atividade “Petisco da Embra”.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**29. Isenção do pagamento de taxas**

364 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

**A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias - Capela da Moita**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização das festas em Honra de São Silvestre nos dias 06, 07, 08, 09 e 10 de junho de 2019;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de recinto improvisado;
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

**O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para realização do Amieira Festival nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2019.

**O Clube de Atletismo Mónica Rosa**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização de convívio de Benjamins no dia 25 de maio de 2019.

**O Sport Império Marinhense**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke no dia 11 de maio de 2019.

Presente as informações nº 41/CS, 42/CS, 43/CS e 44/CS de 02 de maio de 2019, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias - Capela da Moita, o Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, o Clube de Atletismo Mónica Rosa e o Sport Império Marinhense do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de recinto improvisado e das licenças de utilização de espaço público ou privado com publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

**30. Pedido de colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na Av. José Gregório, junto ao Nº 196 - Marinha Grande.**

365 - Presente pedido com o registo n.º E/6662/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na Av. José Gregório, junto ao Nº 196 - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/15/2019 de 26/4/2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/6662/2018, para colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na Av. José Gregório nº 196 - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/15/2019 de 26/4/2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M11d - (deficientes), conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar na gare de estacionamento sito na Av. José Gregório nº 196 - Marinha Grande, como indicado na planta igualmente incluída na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### GESTÃO URBANÍSTICA

##### **31. Req.º nº 506/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 98/19, datado de 15/03/2019 - Pedro Henrique de Sousa Russo**

366 - Presente requerimento n.º 506/19, registado em 2019/03/15, subscrito por **Pedro Henrique de Sousa Russo**, com o NIF 233867058, com morada na Rua Lopes, n.º 24, r/c esq.º, Lisboa, freguesia e concelho de Lisboa, constante do processo camarário n.º 98/18, registado em 2019/03/15, **referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia e licenciamento de obras de construção de muros de vedação, anexo e piscina, com obra de demolição de construções** atualmente existentes no prédio, integrada no procedimento de licença, a realizar no prédio misto situado na Rua António de Sousa Calado, n.º 6, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o n.º 20454 - P, inscrito na matriz rústica sob o n.º 6196, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20614.

Presente parecer técnico datado de 2019/04/16, favorável à tomada de decisão da componente arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 98/18, registado em 2019/03/15, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia e licenciamento de obras de construção de muros de vedação, anexo e piscina, com obra de demolição de construções atualmente existentes no prédio, integrada no procedimento de licença, a realizar no prédio misto situado na Rua António de Sousa Calado, n.º 6, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o n.º 20454 - P, inscrito na matriz rústica sob o n.º 6196, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20614, apresentado por **Pedro Henrique de Sousa Russo**, com o NIF 233867058, com morada na Rua Lopes, n.º 24, r/c esq.º, Lisboa, freguesia e concelho de Lisboa.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 50 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua António de Sousa Calado, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à *“Implantação e corte BB”, Desenho n.º 1.2*”, entregue a coberto do Requerimento n.º 506/19, registado em 2019/3/15, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
- Informar os interessados que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**32. Req.º nº 516/19, datado de 18/03/2019 - Proc.º n.º 325/18, datado de 06/08/2018 - Maria Júlia da Conceição Silva Alves e Henrique Clara Alves**

367 - Presente processo camarário n.º 325/18, registado em 2018/08/06, em nome de **Maria Júlia da Conceição Silva Alves**, com o NIF 196197244, e de **Henrique Clara Alves**, com o NIF 152890718, residentes na Rua da Base Aérea, n.º 1251, Segodim, Monte Real, Leiria, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e garagens e construção de muros de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar do Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 20347 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4433, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2019/03/25.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/04/29, que atesta estarem os projetos das especialidades devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento da obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e garagens e construção de muros de vedação, no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar do Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 20347 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4433, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2019/03/25, constante do processo camarário n.º 325/18, registado em 2018/08/06, em nome de Maria Júlia da Conceição Silva Alves, com o NIF 196197244, e de Henrique Clara Alves, com o NIF 152890718, residentes na Rua da Base Aérea, n.º 1251, Segodim, Monte Real, Leiria.

- Informar que mantém a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 86 m2, destinada a estacionamento e passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Panificadora, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica “Implantação e Projeto de Muro Frontal, Desenho n.º 1A”, entregue a coberto do requerimento n.º 2160/18, registado em 2018/30, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar os interessados do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverão assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**33. Req.º nº 679/19, datado de 11/04/2019 - Proc.º n.º 527/18, datado de 11/12/2018 - Mário Carvalho da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**

368 - Presente processo camarário n.º 527/18, registado em 2018/12/11, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e construção de muros de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20334-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16371, apresentado por **Mário Carvalho da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, ambos com morada na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2019/03/25.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/04/24, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e construção de muros de vedação, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20334-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16371, constante do processo camarário n.º 527/18, registado em 2018/12/11, apresentado por Mário Carvalheiro da Cruz, com o NIF 165567767, e por Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, com o NIF 141263369, residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2019/03/25.

- Informar que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 53,35 m<sup>2</sup>, destinada a passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua dos Lenhadores, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica *"Implantação e Proj. Muro Frontal, Desenho n.º 1"*, entregue a coberto do requerimento n.º 2216/18, registado em 2018/12/11, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar ainda os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar o complemento do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. Na zona das entradas poderá ser rebaixado o passeio. O lancil devere ser de betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,12m.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 398/19, datado de 26/02/2019 - Proc.º nº 463/18, datado de 29/12/2018 - Sun Youg e Ye Zhengli

369 - Presente requerimento n.º 398/19, datado de 2019/02/26, constante do processo camarário n.º 463/18, subscrito por **SUN YONG**, com o NIF 223177253 e por **YE ZHENGLI**, com o NIF 222855886, ambos residentes em rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16A, r/c esq., freguesia e concelho de marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de



**“Construção de uma moradia unifamiliar, Muros de Vedação e Demolição de Telheiro”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17449 e inscrito na matriz sob o artigo número 9891, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/21.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/04/03, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, Muros de Vedação e Demolição de Telheiro”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17449 e inscrito na matriz sob o artigo número 9891, com o número de processo 463/18, com data de entrada em 2018/10/29, apresentado por SUN YONG, com o NIF 223177253 e por YE ZHENGLI, com o NIF 222855886, ambos residentes em rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16A, r/c esq., freguesia e concelho de marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com o arruamento público, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 44,05m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação”**, com o número **“A.03”**, datada de **“10/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1960/18, datado de 2018/10/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 639/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º n.º 532/18, datado de 05/04/2019 - Leonel Oliveira de Sousa

370 - Presente pedido com o registo n.º 639/19, datado de 05/04/2019, relativo a **ampliação de edifício destinado a indústria**, existente no n.º 878 da rua da Machinha, no prédio

registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 532/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por **Leonel Oliveira de Sousa**, com o NIF 183 485 726, residente na rua do Sol, nº 79, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 28/01/2019;

Presente informação técnica, datada de 09/04/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 23/04/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento referente a ampliação de edifício destinado a indústria, existente no n.º 878 da rua da Machinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 532/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por Leonel Oliveira de Sousa, com o NIF 183 485 726, residente na rua do Sol, nº 79, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**36. Req.º nº 736/19, datado de 23/04/2019 - Proc.º n.º 543/17, datado de 05/12/2017 - Cartonarte - Indústria de Cartonagem, Lda.**

371 - Presente pedido com o registo n.º 736/19, datado de 23/04/2019, relativo a licenciamento de **ampliação de instalação de armazenagem de GPL para uso próprio**, localizada na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 820, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19624 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19786-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 543/17, com data de entrada de 05/12/2017, apresentado por

**Cartonarte - Indústria de Cartonagem, Lda.**, com o NIPC 500 056 102, com sede na rua da Indústria, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 29/04/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de instalação de armazenagem de GPL para uso próprio, localizada na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 820, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19624 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19786-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 543/17, com data de entrada de 05/12/2017, apresentado por **Cartonarte - Indústria de Cartonagem, Lda.**, com o NIPC 500 056 102, com sede na rua da Indústria, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**37. Req.º nº 647/19, datado de 08/04/2019 - Proc.º nº 254/18, datado de 03/07/2018 - José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de**

372 - Presente processo camarário n.º 254/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de **licenciamento** (legalização) **da obra de ampliação da moradia**, erigida no prédio urbano sito na Rua Cravos de Abril, n.º 13, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6240, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8400, apresentado por **José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de**, com o NIF 742960773, representado por **Isabel Maria de Oliveira Alves**, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF 175993548, residente na Avenida Nossa Senhora de Nazaré, n.º 17, Martingança, Alcobaça, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/12/10.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º

do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/04/22, que atesta estarem os projetos das especialidades devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) da obra de ampliação da moradia, erigida no prédio urbano sito na Rua Cravos de Abril, n.º 13, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6240, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8400, apresentado por José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de, com o NIF 742960773, representado por Isabel Maria de Oliveira Alves, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF 175993548, residente na Avenida Nossa Senhora de Nazaré, n.º 17, Martingança, Alcobaca, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/12/10.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38. Req.º nº 589/19, datado de 29/03/2019 - Proc.º n.º 440/17, datado de 28/09/2017 - Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto**

373 - Presente requerimento n.º 589/19, registado em 2019/03/29, subscrito por **Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto**, com o NIF 115411704, residente na Travessa dos Vidreiros n.º 17, Vieira de Leiria, referente ao pedido de **licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de moradia e muros** de vedação, formulado na vigência do Alvará de Obras de Demolição e Construção n.º 24/18, do processo camarário n.º 440/17.

Presente parecer técnico, datado de 2019/4/29, que atesta encontrar-se o projeto em condições de ser aprovado.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de

dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de uma moradia e muros de vedação, formulado na vigência do Alvará de Obras de Demolição e Construção n.º 24/18, do processo camarário n.º 440/17, para o prédio urbano situado na Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 5749-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7871, apresentado por Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto, com o NIF 115411704, residente na Travessa dos Vidreiros n.º 17, Vieira de Leiria.

- Informar que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 37,60 m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação Arranjos Exteriores”, Desenho n.º 06, entregue a coberto do Requerimento n.º 589/19, registado em 2019/03/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção.

2- Mantém-se as condições expressas nos pontos n.1 ao n.º 6 Deliberação da Câmara Municipal de 2018/03/19.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 581/19, datado de 28/03/2019 - Proc.º n.º 58/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho

374 - Presente requerimento n.º 581/19, datado de 2019/03/28, constante do processo camarário n.º 58/18, subscrito por **Rui Jorge Ferreira Coelho**, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7396 e 7399 e inscritos nas matrizes sob os artigos números 701 (rústico) e 1256 (urbano), dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/29.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/04/22, referente aos projetos das especialidades apresentados e parecer técnico dos serviços datado de 2019/04/30, relativo ao cumprimento do condicionalismo referido no ponto 4 da deliberação camarária datada de 2018/10/29, pela qual foi aprovado o respetivo projeto de arquitetura.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da

obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7396 e 7399 e inscritos nas matrizes sob os artigos números 701 (rústico) e 1256 (urbano), com o número de processo 58/18, com data de entrada em 2018/02/22, apresentado por Rui Jorge Ferreira Coelho, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 68,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL*”, com o número “2B”, datada de “MARÇO 2019”, entregue a coberto do requerimento n.º 581/19, datado de 2018/03/28, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**40. Req.º nº 536/19, datado de 21/03/2019 - Proc.º nº 541/18, datado de 26/12/2018 - Leonel Ferreira Cruz**

375 - Presente processo de loteamento n.º 651/1999, referente à “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 2/2002, datado de 13 de fevereiro de 2002, emitido em nome de Arnaldo Constâncio, José Augusto Martins Domingues e Tomasia Conceição Santos.

Presentes requerimentos n.º 2297/18 e n.º 536/19, datados de 2018/12/26 e 2019/03/21, respetivamente, constante do processo camarário n.º 536/18, subscrito por **Leonel Ferreira Cruz**, com o NIF 160365953, com residência na Travessa 1.º de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração do Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote n.º 4*” e “*Lote n.º 5*”, do loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2002, datado de 13 de fevereiro de 2002, emitido em nome de Arnaldo Constâncio, José Augusto Martins Domingues e Tomasia Conceição Santo, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados aos referidos lotes, nomeadamente o aumento da área de implantação, da área de construção definida para a habitação e anexos e respetivos polígonos de implantação.

Presente Despacho do Vereador datado de 14 de março de 2019, a determinar sujeitar a discussão pública, o pedido de “*Alteração da Licença de Operação de Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote n.º 4*” e “*Lote n.º 5*”, do loteamento urbano sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2002, datado de 13 de fevereiro de 2002, emitido em nome de Arnaldo Constâncio, José Augusto Martins Domingues e Tomasia Conceição Santos, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e nos termos do previsto no artigo 112.º do Código de Procedimento Administrativo.

Presente avisos afixados nos lugares de estilo e disponibilizados no sítio eletrónico da autarquia, pelos quais foi publicitada a pretensão requerida, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Presente parecer técnico da Divisão de Gestão do Território, datado de 2019/03/08, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de alteração à licença da Operação de Loteamento Urbano, requerida por Leonel Ferreira Cruz, com o NIF 160365953, com residência na Travessa 1.º de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, a incidir sobre os lotes designados por “*Lote n.º 4*” e “*Lote n.º 5*”, do loteamento urbano sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2002, datado de 13 de fevereiro de 2002, emitido em nome de Arnaldo Constâncio, José Augusto Martins Domingues e Tomasia Conceição Santos, visando a alteração dos parâmetros urbanísticos associados aos referidos lotes, nomeadamente o aumento da área de implantação, da área de construção definida para a habitação e anexos e respetivos polígonos de implantação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**41. Req.º nº 2141/18, datado de 27/11/2018 - Proc.º n.º 510/18, datado de 27/11/2018 - Fernando Guerra de Barros**

376 - Presente pedido com o registo n.º 2141/18, datado de 27/11/2018, a solicitar informação prévia relativa à construção de um edifício destinado a indústria, a executar num terreno sito na rua do Conhecimento, Cumeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13801 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1076, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/18, com data de entrada de 27/11/2018, apresentado por **Fernando Guerra de Barros**, com o NIF 120 235 919, residente na rua da Panificadora, n.º 53, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 16/04/2019, que refere verificar-se que o projeto apresentado viola o regulamento do PDM da Marinha no disposto na alínea c) do n.º 5 do

seu artigo 10º, por não garantir as infraestruturas básicas, o disposto na alínea a) do n.º 2 do seu artigo 11º, por não assegurar um afastamento mínimo de 15 m das edificações às extremas, e o disposto no n.º 10 do seu artigo 5º, ao apresentar um índice de construção bruto superior ao máximo admitido para o aglomerado urbano de Albergaria, propondo o indeferimento do presente pedido, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR o requerente, Fernando Guerra de Barros, com o NIF 120 235 919, residente na rua da Panificadora, n.º 53, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, referente ao pedido de informação prévia relativo à construção de um edifício destinado a indústria, a executar num terreno sito na rua do Conhecimento, Cumeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13801 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1076, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/18, com data de entrada de 27/11/2018, por violar o regulamento do PDM da Marinha no disposto na alínea c) do n.º 5 do seu artigo 10º, por não garantir as infraestruturas básicas, o disposto na alínea a) do n.º 2 do seu artigo 11º, por não assegurar um afastamento mínimo de 15 m das edificações às extremas, e o disposto no n.º 10 do seu artigo 5º, ao apresentar um índice de construção bruto superior ao máximo admitido para o aglomerado urbano de Albergaria.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**42. Req.º nº 2173/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal**

377 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 2173/18, apresentado por **Liliana Sofia Ferreira Leal**, titular do processo de licenciamento n.º 555/17, referente à demolição de um edifício e posterior construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação no mesmo local, residente na Rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º esquerdo, Lameira Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que **solicita a isenção do pagamento de taxas** devidas pela realização das referidas operações urbanísticas, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente parecer jurídico sobre o assunto, datado de 15/02/2019.

Presente deliberação camarária tomada na reunião de 12/03/2019, a determinar conceder à requerente um prazo de 10 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de indeferir o pedido constante do requerimento com o registo de entrada n.º 2173/18, apresentado por Liliana Sofia Ferreira Leal, titular do processo de licenciamento n.º



555/17, referente à demolição de um edifício e posterior construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação no mesmo local, em que solicita a isenção do pagamento de taxas devidas pela realização das referidas operações urbanísticas, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, notificada através do nosso ofício n.º 284/19, datado de 13/03/2019 e rececionado em 20/03/2019, tendo o prazo para apresentação de eventuais alegações terminado em 03/04/2019.

**Após análise do pedido constante do requerimento com o registo de entrada n.º 2173/18, apresentado por Liliana Sofia Ferreira Leal, titular do processo de licenciamento n.º 555/17, referente à demolição de um edifício e posterior construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação no mesmo local, em que solicita a isenção do pagamento de taxas devidas pela realização das referidas operações urbanísticas, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do parecer jurídico, datado de 15/02/2019, que se anexa e que passa a fazer parte integrante da presente deliberação, e uma vez que a interessada, depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, através do nosso ofício n.º 284/19, datado de 13/03/2019 e rececionado em 20/03/2019, cujo prazo para resposta terminou em 03/04/2019, nada alegou, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**43. Req.º nº 481/19, datado de 13/03/2019 - Proc.º n.º 213/2019, datado de 13/03/2019 - EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande**

378 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 481/19, datado de 13/03/2019 apresentado por **EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande**, com o NIF 504491270, com morada em Praça Guilherme Stephens, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar emissão de declaração de conformidade da edificação em relação ao Regime das Acessibilidades aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

Presente parecer técnico datado de 15/04/2019, sobre a necessidade de realização de vistoria ao edifício em causam por forma a verificar a adequação do mesmo ao mencionado diploma, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria proposta.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Praça Guilherme Stephens, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande, com o NIF 504491270, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

- 2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**44. Req.º nº 695/19, datado de 15/04/2019 - Proc.º n.º 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira**

379 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 695/19, datado de 15/04/2019 apresentado por **Maria Goreti Gil Ferreira**, com o NIF 116107758, com morada em Rua das Carregueiras, n.º 33, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Andreia Raquel Fino Ferreira**, com o NIF 259257753, com morada em Rua do Lamarão, n.º 27, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Central, n.º 106, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, de ampliação e de construção de anexo, e de licenciamento de obras de alteração e demolição de edificações existentes, titulada pelo alvará de obras de legalização, alteração e demolição n.º 31/19, emitido em 04/04/2019.

Presente parecer técnico datado de 29/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Lamarão, n.º 27, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Goreti Gil Ferreira, com o NIF 116107758, com morada em Rua das Carregueiras, n.º 33, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e de Andreia Raquel Fino Ferreira, com o NIF 259257753, com morada em Rua do Lamarão, n.º 27, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**  
**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**45. Req.º nº 683/19, datado de 11/04/2019 - Proc.º n.º 257/17, datado de 23/06/2017 - Hélder João Henriques Fortunato**

380 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 683/19, datado de 11/04/2019 apresentado por **Hélder João Henriques Fortunato**, com o NIF 124235760, com morada em Rua da Embra, n.º 28, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, objeto de legalização de alterações e de ampliação de anexo, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 35/19, emitido em 25/03/2019.

Presente parecer técnico datado de 15/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Embra, n.º 28, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Hélder João Henriques Fortunato, com o NIF 124235760, residente na mesma morada, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**46. Req.º nº 733/19, datado de 22/04/2019 - Proc.º n.º 499/18, datado de 22/11/2018 - Mário Felismino Gaspar**

381 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 733/19, datado de 22/04/2019 apresentado por **Mário Felismino Gaspar**, com o NIF 105262676, com morada em Rua da

Salgueira, n.º 23, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “A” do edifício sito na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 551, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinada a indústria, objeto de legalização de alterações e de alteração ao uso, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 43/19, emitido em 18/04/2019.

Presente parecer técnico datado de 29/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A” do edifício sito na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 551, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Mário Felismino Gaspar, com o NIF 105262676, com morada em Rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**47. Req.º nº 744/19, datado de 24/04/2019 - Proc.º n.º 71/17, datado de 24/02/2017 - Luís Manuel Rino Matias**

382 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 744/19, datado de 24/04/2019 apresentado por **Luís Manuel Rino Matias**, com o NIF 203324498, com morada em Avenida Vitor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, objeto de legalização de alterações e de ampliação, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 18/19, emitido em 08/02/2019.

Presente parecer técnico datado de 29/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Vitor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Luís Manuel Rino Matias, com o NIF 203324498, residente na mesma morada, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**48. Req.º nº 95/19, datado de 18/01/2019 - Proc.º nº 36/2019, datado de 18/01/2019 - Acácio Gomes Miguel**

383 - Presente processo camarário nº 36/2019, respeitante ao pedido de uma certidão comprovativa do número de porta para o prédio assinalado pelo requerente em planta de localização à escala 1/2000, com Licença de Utilização nº 23/12 de 02-04-2012, sito em Vieira de Leiria;

Presente parecer interno dos Serviços de Fiscalização, indicando que a edificação em causa não é servida pela Rua do Cais, datado de 01-02-2019;

Presente informação técnica do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, datado de 12-02-2019, apresentando 2 soluções para o problema (atribuição de novo topónimo ou extensão do topónimo Rua do Cais);

Presente parecer interno dos Serviços de Fiscalização, indicando o número de porta 120 (cento e vinte) a atribuir à referida edificação, datado de 15-04-2019.

Após análise da pretensão e considerando que:

- De acordo com a alínea ss) do nº 1 do art. 33 da Lei 75/2013, de 12-09-2013, compete à câmara municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

- A Junta de Freguesia de Vieira de Leiria remeteu para a câmara municipal, ofício com referência O35/15.1.2 datado de 29-03-2019, informando que em reunião de executivo de 25-03-2019, foi deliberado aprovar a extensão da Rua do Cais até à Mota do Rio Liz, conforme mapa anexo à presente deliberação.

**A Câmara Municipal delibera, no âmbito do disposto na ss) do nº 1 do art.º33 da Lei 75/2013, de 12-09-2013, e de acordo com a proposta do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, definir a extensão da Rua do Cais como tendo início na Rua da Indústria e término na Mota do Rio Liz.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**49. Req.º nº 774/19, datado de 02/05/2019 - Proc.º nº 248/18, datado de 02/07/2018 - Estefânio de Sousa**

384 - Presente requerimento nº 774/19, registado em 2019/05/02, subscrito por **Estefânio de Sousa**, com o NIF 138985839, residente na Rua Ponto da Boavista, nº 3 - 1º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário nº 248/18, referente a pedido de **concessão de mais 15 dias**, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para o interessado se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2019/04/08, comunicada pelo ofício nº 414/19, datado de 2019/04/09, com receção ocorrida em 2019/04/12.

Presente parecer datado de 2019/05/02.

**Depois de analisar a solicitação formulada pelo requerimento registado sob o nº 774/19, registado em 2019/05/02, subscrito por Estefânio de Sousa, com o NIF 138985839, residente na Rua Ponto da Boavista, nº 3 - 1º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário nº 248/18, referente a pedido de concessão de mais 15 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, bem como o parecer técnico, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.**

**Delibera ainda informar o requerente que o prazo alargado tem término em 2019/05/29.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

**50. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**

385 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 28 de março de 2019, com o registo nº E/3500/2019. A visita será realizada por um grupo de alunos dos cursos de Artes Visuais da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte, no total de 18 alunos e 1 professor acompanhante, e encontra-se agendada para o dia 09 de maio de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3.º CICLO) *que compreende as atividades do ensino básico do 3.º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 09 de maio de 2019, para um total de cerca de dezanove pessoas (alunos e professor acompanhante), da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **TURISMO**

### **51. Patrocínio - Festas da Cidade 2019 - Distrigrande/Intermarché Marinha Grande**

386 - Presente a informação n.º I/912/2019 de 30 de abril de 2019 da DDC - Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, relativa ao patrocínio do Intermarché - Distrigrande Supermercado, Lda, às "Festas da Cidade", edição de 2019.

De acordo com esta informação, foi estabelecido contacto com esta entidade, visando obter a associação das marcas "Intermarché" e "Telepizza" ao evento tendo em conta a sua relevância pública e económica na cidade.

Tratando-se um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação desta marca comercial a uma realização deste tipo é considerada vantajosa por parte da empresa que vê aqui uma importante oportunidade de comunicar com o seu público alvo, promovendo, em simultâneo, os seus produtos.

Estima-se ainda que este apoio, de carácter financeiro, possa permitir minimizar alguns custos de organização e o seu impacto no orçamento municipal.

Esta unidade comercial assumirá assim o Patrocínio Prata, cujo valor é de 1.250,00€ acrescidos de IVA à taxa de 23%;

Como contrapartidas a conceder destaca-se, a disponibilização de um stand de 3mx3m, logótipo da empresa/marca associado a toda a informação disponível sobre as Festas na página de internet do Município, flyers, itens promocionais, programa e possibilidade de passagem de vídeo promocional da empresa nos ecrãs do evento, em horário e n.º de vezes a definir.

**A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida e agradece formalmente ao Intermarché - DistriGrande Supermercado, Lda, a concessão do apoio financeiro às Festas da Cidade 2019, no valor de 1.250,00€ acrescidos de IVA à taxa de 23%, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, o que permitirá minimizar o financiamento público que decorre da organização do evento pela Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se reveste este tipo de parceria, em benefício da comunidade local.**

**A Câmara Municipal delibera assim acolher esta receita, que se reveste de carácter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **ATIVIDADE FÍSICA**

#### **52. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva**

387 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO DE CANDIDATURA
E/4395/2019	Desporto	Clube de Atletismo de Marinha Grande	4º MEETING JOVEM	Pontual
E/4396/2019	Desporto	Clube de Atletismo de Marinha Grande	7º MEETING FERNANDO ALVES	Pontual



**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4395/2019	Desporto	Clube de Atletismo de Marinha Grande	4º MEETING JOVEM	35,3
E/4396/2019	Desporto	Clube de Atletismo de Marinha Grande	7º MEETING FERNANDO ALVES	35,3

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir e excluir as candidaturas acima referidas, ficando as admitidas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura*

*para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **53. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Clube Atletismo de Marinha Grande – “7º Meeting Fernando Alves”**

388 - Presente deliberação de 07 maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4396/2019	503912530	Clube de Atletismo de Marinha Grande	7º MEETING FERNANDO ALVES	35,3 pontos

Presente informação com registo I/900/2019, de 29 de abril, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube de Atletismo de Marinha Grande** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização do **7º MEETING FERNANDO ALVES – 2019**, a realizar no dia 25 de maio de 2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/4396/2019	503912530	Clube de Atletismo de Marinha Grande	7º MEETING FERNANDO ALVES	35,3 pontos	2018/A/189	500,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **54. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Clube Atletismo de Marinha Grande – “4º Meeting Jovem - 2019”**

389 - Presente deliberação de 07 maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

##### **Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4395/2019	503912530	Clube de Atletismo de Marinha Grande	4º MEETING JOVEM	35,3 pontos

Presente informação com registo I/899/2019, de 29 de abril, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube de Atletismo de Marinha Grande** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização do **4º MEETING JOVEM – 2019**, a realizar no dia 18 de maio de 2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/4395/2019	503912530	Clube de Atletismo de Marinha Grande	4º MEETING JOVEM	35,3 pontos	2018/A/189	300,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro*

*(DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

### **55. Contrato programa. Sport Operário Marinhense. Adenda. Autismo Rock**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Antes de ser posta a votação, a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** solicitou autorização para a alteração da data da palestra, de 7 para 21 de maio, o que foi aceite.  
Assim, onde se lê “7 de maio de 2019” deverá ler-se “21 de maio de 2019”.

390 - Na sequência de deliberação camarária, de 8 de abril de 2019, foi celebrado um contrato-programa com o Sport Operário Marinhense, tendo por objeto a palestra denominada “Autismo Rock’s”.

A realização do evento ficou prevista para o dia 15 de maio de 2019, nos termos da cláusula 1.<sup>a</sup> do contrato-programa.

A entidade, através de email com registo de entrada n.º 4203/2019, de 22 de abril, requereu a alteração da data da palestra para o dia 7 de maio de 2019 e consequente alteração do contrato-programa.

Nesse sentido importa proceder à alteração da data constante no contrato programa.

**Assim, a Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera alterar a redação da cláusula 1.<sup>a</sup>, que passa a ter a seguinte redação:**

**“O presente contrato tem por objeto a atribuição de uma subvenção pública, de natureza financeira, para a organização do Autismo Rock’s a realizar a 7 de maio de 2019, promovida pela entidade beneficiária.**

**A Câmara Municipal delibera, em consequência, aprovar a minuta de adenda ao contrato-programa, que se dá por integralmente reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**56. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social.**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

391 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/4204/2019	Social	SOM- Sport Operário Marinhense	Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio	Pontual	Admitido

**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.



- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a Admissão da candidatura abaixo referida:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/4204/2019	Social	SOM- Sport Operário Marinhense	Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio	29,3	Admitido

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**57. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra em 2019 – Área social - Sport Operário Marinhense - Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio.**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

392 - Presente deliberação de 07 maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4204/2019	501417702	Sport Operário Marinhense	Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio	29,3 pontos

Presente informação com n.º de registo I/913/2019, de 30 de abril, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Sport Operário Marinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para o a realização da Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que

conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/89;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/4204/2019	501417702	Sport Operário Marinhense	Feira da Saúde- Marinha Grande- 18 e 19 de maio	29,3 pontos	2018/A/89	250,00

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras do MpM, Mêlina Mira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve*

*ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**58. Transferência habitacional da inquilina da atual fração sita na Avenida da Liberdade, Bloco L, 1.ºdt para a fração sita na Rua Júlio Braga Barros, Bloco 3, 2.º C, Casal de Malta- Marinha Grande, por motivos de saúde do filho.**

393 - Presente informação n.º 892 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – D.D.C.- datada de 29 de abril de 2019, a propor a transferência habitacional da arrendatária em causa, por motivos de saúde do filho.

Considerando que Bruno Francisco Gonçalves, filho da titular arrendatária, sofre de bronquite;

Considerando que os problemas de humidades existentes, em muito contribuem para agudizar as crises de bronquite do Bruno;

Considerando que nos termos da alínea 1) do artigo 25.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 1 — 2 de janeiro de 2018, a inquilina reúne critérios que lhe confere o direito à transferência de habitação;

Considerando que existe uma habitação social disponível sita na Rua Júlio Braga Barros, bloco 3, 1.ºdireto, Casal de Malta que apresenta todas as condições necessárias de habitabilidade;

Considerando por último que a inquilina já visitou a habitação anteriormente referida e que inclusivamente manifestou interesse na mesma, ora pelas condições da habitação, ora pela localização geográfica.

Somos de propor a transferência deste agregado familiar para a fração correspondente ao Bloco 3, 2.ºC da Rua Júlio Braga Barros.

Mais se propõe a aprovação da minuta de contrato de arrendamento apoiado e a consequente atualização do valor da renda a pagar, nos termos do Regime de Arrendamento Apoiado e que com base nos rendimentos apresentados será de 138,30€ (cento e trinta e oito euros e trinta cêntimos) mensais.

**A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 16.º -A da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual e com o artigo 25.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, ainda em vigor, autorizar a transferência do agregado familiar, do Bloco L, 1.ºDireito, na Avenida da Liberdade, para a fração correspondente ao Bloco 3, 2.ºC, da rua Júlio Braga Barros.**

**Mais delibera aprovar a presente minuta de contrato de arrendamento e que o valor de renda a aplicar com base nos rendimentos atuais do agregado familiar, no valor de 138,30€ (cento e trinta e oito euros e trinta cêntimos) entre em vigor a partir de 1 de julho de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**59. Pedido de indemnização - Requerente: Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, filha do lesado Dr. Mário Ferrão Morais Roldão - Praça Afonso Lopes Vieira, S. Pedro de Moel - Tempestade marítima “Hércules” de 06/01/2014 - Audiência prévia - Decisão final**

394 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 10-01-2014, nesta Câmara Municipal pelo lesado Dr. Mário Ferrão Morais Roldão, proprietário da moradia sita na Praça Afonso Lopes Vieira, nº 15, em S. Pedro de Moel, solicitando o ressarcimento de vários danos alegadamente causados, por duas floreiras municipais que, por força da água do mar que invadiu a Praça no dia 6 de janeiro de 2014, em que se verificaram os efeitos da tempestade “Hércules”, foram arrastadas e embateram no portão automático da garagem, danificando-o, danos esses que imputa ao Município e orçamentados em 1.307,61€ com IVA incluído (o portão) 302,75€ acrescidos de IVA (a instalação elétrica) e 1.505,00€ acrescidos de IVA (a caldeira de aquecimento).

Presentes informações internas da DQV - Divisão de Qualidade de Vida e do GMPC - Gabinete Municipal de Proteção Civil sobre o pedido e a ocorrência que o motivou.

Presente informação jurídica jurídica n.º I/294/2019-FO, de 06-02-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas.

Presente deliberação desta Câmara Municipal tomada na reunião de 25-02-2019 e que determinou a realização de audiência prévia sobre o projeto de decisão de indeferimento parcial do pedido.

Presente notificação da deliberação efetuada à requerente Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, por ofício n.º S/590/2019, de 27-02-2019.

Presente email da requerente enviado em 19-03-2019, no qual requereu a junção aos autos de dois documentos.

Presente informação jurídica n.º I/621/2019-FO, de 25-03-2019, que apreciou os documentos carreados para o processo pela requerente Maria Isabel Oliveira Morais Roldão e propõe a tomada de decisão final de indeferimento parcial do pedido.

**A Câmara Municipal apreciou e, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação jurídica n.º I/621/2019-FO, que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, e considerando que:**

- a) A requerente não apresentou quaisquer alegações contra o projeto de indeferimento parcial do pedido indemnizatório;
- b) A requerente é uma das proprietárias atuais do prédio;
- c) Os documentos que comprovam a execução da reparação dos danos causados no portão e seu pagamento, encontram-se emitidos em seu nome pessoal;
- d) O orçamento da reparação apresentado em 10-01-2014 e datado de 08/01/2014, tinha então o valor de 1.307,61€, com IVA incluído, sendo este o valor que foi objeto de cabimento n.º 394/2019, de 11-02-2019.
- e) A fatura e o recibo da reparação, ora apresentados, apresentam um valor inferior ao que constava daquele orçamento, ficando-se pelos 1.150,05€;
- f) O art.º 563.º do Código Civil preceitua que *“A obrigação de indemnização só existe em relação aos danos que o lesado provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão.”*, consagrando a teoria da adequação nos termos da qual o juízo da adequação causal tem que assentar numa relação entre o facto e o dano, de modo que este corresponda a uma decorrência adequada daquele;
- g) No que respeita ao cálculo da indemnização prescreve o art.º 3 n.º 1 do Regime (e também o art.º 562.º do Código Civil) que o lesante obrigado a reparar o dano *“...deve reconstituir a situação que existir se não tivesse verificado o evento que obriga à reparação”* - ou seja, o lesante (Município), através de um juízo atual hipotético, deve efetuar a reconstituição natural da situação que existiria se não tivesse ocorrido o incidente, procedendo, neste caso, ao pagamento de uma indemnização em dinheiro correspondente a essa efetiva reparação (mesmo art.º 3.º n.º 2),

**Delibera:**

- 1) Indemnizar a lesada, Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, titular do NIF 199 743 975, pelos danos no portão automático da garagem da moradia, que não teriam ocorrido se a Câmara Municipal tivesse, preventiva e atempadamente, removido as floreiras do espaço público, no valor correspondente à efetiva e comprovada reparação do mesmo, de 1.150,05€, com IVA incluído (mil cento e cinquenta euros e cinco cêntimos) por, quanto a estes, se encontrarem verificados todos os requisitos cumulativos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas, no domínio dos atos de gestão pública desta autarquia, conforme se demonstrou no parecer I/294/2019, de 06-02-2019, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, por integralmente reproduzido.

- 2) Indeferir o pedido indemnizatório relativo aos alegados danos na porta de alumínio, na instalação elétrica da moradia e na caldeira de aquecimento, na medida em que, quanto a estes, não ficou provada a existência denexo causal entre a omissão ilícita municipal e os prejuízos reclamados, conforme igualmente se sustentou e demonstrou naquele mesmo parecer.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra das Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, por entenderem que o pedido deveria ser deferido na totalidade.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**60. Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016. Decisão Final**

395 - Presente informação I/921/2019 de 02-05-2019 sobre o assunto em epígrafe, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida, resumindo-se da seguinte forma:

Conforme determina o nº 1 do artigo 162º do CPA, são nulos os atos para os quais a lei comine expressamente essa forma de invalidade e designadamente os previstos no nº 2 do artº 161º do referido código.

O regime legal da nulidade encontra-se consagrado no artigo 162º do CPA. Este regime legal caracteriza-se por, não obstante serem existente, os ato nulos não produzem efeitos jurídicos (artigo 162º/1 do CPA); podem ser objeto de reforma ou conversão (artigo 164º/4 do CPA) mas são insanáveis, quer pelo decurso do tempo, quer por retificação. A nulidade pode também ser conhecida a todo o tempo por qualquer órgão administrativo (artigo 134º/2 do CPA).

Quer isto dizer que o ato nulo não pode ser transformado num ato válido.

Porém, podem ser concedidos alguns efeitos jurídicos a situações decorrentes de atos nulos procurando, assim, respeitar os princípios da boa fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade, ou a outros princípios jurídicos constitucionais.

Todavia, não se pode confundir o reconhecimento de eventuais efeitos putativos de ato nulo, derivados designadamente dos princípios da boa fé ou da proteção da confiança com efeitos convalidatórios ou sanatórios do ato nulo. Como se disse no Acórdão do STA de 09-07-2014, “a atuação correta, leal e de boa fé dos intervenientes no procedimento, ignorando a violação de qualquer disposição legal, não convalidará ou não fará desaparecer ilegalidade invalidante de que enferme o ato administrativo impugnado”, de modo que “os princípios da boa fé, da proteção da confiança e da segurança jurídica não possuem efeitos convalidatórios ou sanatórios, não se destinando a preservar ou manter na ordem jurídica um ato administrativo ilegal sancionado com o desvalor da nulidade”

Por outro lado a norma do artigo 162º nº 3 do CPA apenas pode ser utilizada em casos que, face à duração temporal da situação de facto, as expectativas entretanto criadas e a adequação social dessas concretas situações justifique a atribuição de certos efeitos ao ato nulo (neste sentido, vide, designadamente, acórdão do STA de 28-09-2017, Proc. 0288/17, ).

No caso concreto, durante os 2 anos que medeiam a referida deliberação e a presente data, ao cliente nº 41581, em matérias de consumo de águas, de saneamento e de resíduos urbanos, **nunca foram aplicadas**, as tarifas resultantes de tal deliberação pelo que não pode mesmo alegar que tivesse sido criado um quadro de total e absoluta segurança jurídica da posição, uma vez que sabe, aquele seu “direito” se mostra controvertido e a sua legalidade posta em questão nem que se tenha verificado a consolidação dos efeitos práticos da deliberação emanada da Câmara Municipal.

Não pode entidade pretender opor-se à declaração de nulidade da deliberação camarária identificada nem obstar ao operar das consequências legais decorrente da verificação de concretas ilegalidades de que a deliberação camarária de 15 de dezembro de 2016 padece fazendo apelo aos princípios da boa fé, da proteção da confiança e da segurança jurídica, tanto mais que os mesmos princípios não possuem efeitos convalidatórios ou sanatórios a ponto de lograrem manter na ordem jurídica aquele ato administrativo.

Ou sequer arguir os chamados efeitos putativos de ato nulo, por não consolidação dos efeitos práticos dele emanados

Pelo que não colhem, s.m.o. as alegações da mesma podendo ser, tomada de decisão final de declarar nula, com fundamento nas alíneas l) e e) do nº2 do artº 161º do Código do Procedimento Administrativos, a deliberação camarária nº 794, de 15 de setembro de 2016, nos termos dos artigos 161º, nº 2, alínea e) e alínea l) e artigo 162º nº 2 do Código do procedimento Administrativo.

- Pronúncia em sede de audiência prévia do cliente nº 415812 - Marique - Parque Aquático e de Diversões,

**A Câmara Municipal, depois de analisar e apreciar, os factos e o direito, e concordando com os mesmos, delibera declarar a nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15 de setembro de 2016, nos termos dos artigos 161º, nº 2, alínea e) e alínea l) e artigo 162º nº 2 do Código do procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Lara Lino, que declarou que se abstém porque não estava presente à data da deliberação de 2016.**

**A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira perguntou se há algum valor em dívida.**

**A Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge requereu o seguinte:**

**- desde janeiro de 2016 até à data atual, qual o valor da dívida do Mariparque que ficou prescrito.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 16:30 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**